

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Todos de olho, mas...

Os opositoristas querem aproveitar fevereiro para fazer uma varredura nos gastos do governo. Se houver qualquer coisa acima dos um doze avos permitidos, vão botar a boca no trombone pedindo o impeachment de Lula por pedalada, ou seja, gastar sem cobertura orçamentária. Foi isso que derrubou Dilma Rousseff. Só tem um probleminha: Não há qualquer clima nos presidentes da Câmara e do Senado para levar isso adiante.

## "Não provoque"

Na linha do "não vamos provocar o governo dos Estados Unidos" dita pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, em almoço promovido pelo grupo Líderes Empresariais (Lide) em São Paulo, Lula não irá à reunião da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). A ordem é se preservar, porque, uma hora ou outra, Lula terá que conversar com o presidente Donald Trump.

## Vem mais

O aumento no preço dos combustíveis desponta no horizonte e promete mais um repique inflacionário. A expectativa para o Copom, de acordo com Sérgio Goldenstein, estrategista-chefe da Warren Investimentos, é de que hoje a Selic vai subir para 13,25% por unanimidade. "Em consonância com a sinalização dada pelo Copom na última reunião e reforçada por declarações de Gabriel Galpólo em dezembro, quando disse que a barra é alta para fazer qualquer mudança no guidance", afirmou.

## A calma é apenas aparente

Quem vê o clima de "já ganhou" na campanha do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para presidente da Câmara e de Davi Alcolumbre (União-AP), para o Senado, pode pensar que 2025 será de calma. Mas está longe disso. A pressão do governo pela definição dos partidos e a guerra das emendas ameaçam antecipar o carnaval. A estratégia de Hugo Motta e Alcolumbre, porém, é aproveitar fevereiro para deixar esse assunto decantar, antes de entrar em guerra, seja contra o Supremo Tribunal Federal (STF), seja contra o Poder Executivo. E, a contar pelas conversas em jantares e reuniões, a toada é a de que, sem resolver essa questão, nada de Orçamento é aprovado.



## Problemas marítimos I

Navios encomendados pela Transpetro, em 2010, pelo Programa de Modernização da Frota (Promef 2), correm o risco de não serem concluídos e entregues, mesmo estando 80% prontos, por exemplo, os petroleiros Irmã Dulce e Zélia Gattai, parados no Estaleiro Eisa, na Ilha do Governador (RJ). São navios Panamax de até 73 mil toneladas de petróleo bruto (TPB), ameaçados de serem cortados em pedaços.

## Problemas marítimos II

As obras das embarcações estão paradas desde 2014, época da Operação Lava-Jato. E vão virar sucata, caso a Petrobras não emita uma carta confirmando "demanda firme", ou seja, uma autorização para a Transpetro dar sinal verde à conclusão dos navios.

## CURTIDAS

**Comprimas internacionais/** A greve dos auditores fiscais da Receita Federal, que dura mais de dois meses, está provocando um colapso no comércio exterior e logística do país. A estimativa é de que cerca de 75 mil remessas expressas de importação e exportação estejam paradas nos terminais alfandegários do Brasil, gerando prejuízos bilionários para empresas e consumidores. "Esses atrasos não afetam apenas as empresas de logística, mas destroem a competitividade do Brasil no mercado global. Produtos essenciais, como kits laboratoriais e peças industriais, estão presos nos depósitos, prejudicando as cadeias produtivas e colocando pequenas e médias empresas em risco", afirmou o presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



**Cantando vitória.../** Em reta final de campanha pela presidência da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) jantou com políticos do Rio de Janeiro em uma churrasqueira na Zona Sul cidade. O encontro foi organizado pelo deputado Doutor Luizinho (PP-RJ), líder do partido. Motta ouviu demandas dos presentes que reforçaram o apoio à sua candidatura.

**... nos grandes centros/** Com esse encontro e o jantar de São Paulo, na segunda-feira, Motta fecha as grandes bancadas. Na capital paulista, estavam o atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), presidentes de vários partidos, representantes do governo e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). O clima foi de "aclamação" para um deputado que comandará a Casa com a amplitude de conversar com todos os polos.

**Cada um no seu quadrado/** Governo e oposição estiveram no jantar em homenagem a Hugo Motta, em São Paulo. Mas em mesas diferentes. Nada de muitos abraços efusivos.

Colaborou Israel Medeiros

## » Entrevista | LUCIANO LEIRO | PRESIDENTE DA ADPF

Ao CB Poder, representante da entidade defendeu valorização da PF e conversa com o governo para tratar de PEC da Segurança

## Delegados pedem mais diálogo

» IAGO MAC CORD\*

Com a alta do crime organizado e da violência no país, o debate sobre a segurança pública permanece sob os holofotes, principalmente no que diz respeito às sugestões do governo para melhorar a eficiência das polícias do Brasil. Em entrevista ao CB.Poder — parceria do Correio com a TV Brasília —, ontem, o presidente da Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal (ADPF), Luciano Leiro, destacou pontos da PEC da Segurança Pública, a autonomia financeira e institucional da Polícia Federal, além do diálogo com o Executivo. "A PF tem o menor orçamento dos últimos três anos. Houve um pedido de R\$ 2,7 bilhões e só R\$ 1,5 bilhão foi autorizado para estar no relatório da LOA (Lei Orçamentária Anual), que nem foi votado ainda", disse.

## O que está gerando tanta insatisfação na PEC da Segurança?

O erro da PEC da Segurança foi no nascedouro. Não houve um chamamento para que houvesse uma discussão. O Consesp (Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública) não foi chamado para conversar. A Polícia Federal, os delegados de polícia, vários atores da área da segurança não foram chamados para dar as suas sugestões e contribuir com esse projeto inicial. Depois que você coloca um projeto, é muito mais difícil de mudar. O que estamos vendo com essa minuta é a valorização de uma outra polícia, a transformação de uma outra polícia.

## A Polícia Rodoviária Federal?

Isso que se tornaria a Polícia Viária Federal. Mas não há as mudanças e proteções que a Polícia Federal precisa hoje. Vou dar

um exemplo: um grande gargalo da Polícia Federal é exatamente a questão da limitação orçamentária. Então, se perdeu a chance, com essa PEC, de dar uma proteção à Polícia Federal nessa questão. Hoje, a PF tem o menor orçamento dos últimos três anos. Houve um pedido de R\$ 2,7 bilhões e só R\$ 1,5 bilhão foi autorizado para estar no relatório da LOA (Lei Orçamentária Anual), que nem foi votado ainda. O que nós sugerimos é que tivesse uma blindagem nesse sentido.

## Que tipo de blindagem?

Uma autonomia financeira. Uma vedação para que, por exemplo, os recursos que fossem encaminhados para a Polícia Federal, para a segurança pública, não fossem contingenciados. É verdade que na PEC tem lá um item que o fundo que foi criado seria vedado o seu contingenciamento, mas a grande questão é que a proteção teria que ser específica. A Polícia Federal é a Polícia Judiciária da União. Deveria haver, entre outros temas, uma proteção à PF nesse quesito orçamentário, na autonomia financeira.

## E como está o diálogo com o ministro Lewandowski?

Ele é uma pessoa do bem, tem ótimas intenções, e sempre nos recebe. Faltou esse diálogo inicial de chamar a gente para conversar, mas sempre que nós precisamos, ele nos atende. Mas eu gostaria de vê-lo um pouco mais empenhado. A gente gostaria de ver o ministro chamando as entidades ou a PF para conversar com a ministra Esther Dweck (Gestão) sobre processos que estão parados lá há mais de um ano, e que são importantes para a PF.

## \*Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



É verdade que na PEC tem lá um item que o fundo que foi criado seria vedado o seu contingenciamento, mas a grande questão é que a proteção teria que ser específica. A Polícia Federal é a Polícia Judiciária da União. Deveria haver, entre outros temas, uma proteção à Polícia Federal nesse quesito orçamentário"

## Sem elementos para indiciar Michelle

» RENATO SOUZA

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou, nesta semana, que a corporação não encontrou elementos suficientes para indiciar a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado. Ele destacou que, embora os dois tenham sido citados pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante

de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, não foram encontradas provas adicionais.

"A investigação apontou elementos relacionados a outras pessoas, mas, no caso concreto, não encontramos provas que confirmassem participação dessas duas pessoas", disse o diretor da PF, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. "O relatório apresentado é consistente, com respeito ao devido processo legal e às garantias fundamentais", completou.

No final do ano passado, a PF enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório final das diligências, em que indiciou 37 pessoas, entre elas, Bolsonaro e os generais Walter Braga Netto e Augusto Heleno. Em depoimento, Cid citou que a articulação golpista era formada por grupos distintos, que ficavam acionados do ex-presidente. O objetivo era derrubar as instituições democráticas e anular o resultado das eleições de 2022.

Os "conservadores", que viam

Bolsonaro como líder, o núcleo dos "moderados" que evitava ações radicais, como tentativa violenta de abolição do estado democrático de direito, e o grupo dos "radicais" que defendiam ações armadas para manter Bolsonaro no poder. De acordo com Cid, Michelle e Eduardo faziam parte deste último grupo.

Michelle ironizou a citação a ela. Em uma rede social, ela postou uma figurinha em que aparece chorando e enchendo duas xícaras.